Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 563.444 - SP (2020/0045937-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
IMPETRANTE : LUIZ AUGUSTO BERNARDINI DE CARVALHO E OUTRO
ADVOGADOS : CELSO ALVES FEITOSA - SP026464
LUIZ AUGUSTO BERNARDINI DE CARVALHO - SP160314
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J C P DE C
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. FAMÍLIA. PRISÃO CIVIL. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EM FAVOR DE EX-CÔNJUGE. INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO ATUAL (SÚMULA 390/STJ). SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DEVEDOR. INCURSÃO PROBATÓRIA INVIÁVEL EM SEDE DE RITO SUMÁRIO. PACIENTE IDOSO E CONVALESCENTE DE DOENÇA GRAVE. SITUAÇÃO OBJETIVA. PANDEMIA DO *COVID-19*. RISCO DE CONTÁGIO. CABIMENTO DE PRISÃO DOMICILIAR. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. No caso em exame, a execução de alimentos refere-se a débito atual, não estando demonstrada pelas provas pré-constituídas a efetiva ausência de rendimentos. A verificação da redução da capacidade econômica do alimentante e a revisão das justificativas apresentadas para o inadimplemento da obrigação demandam dilação probatória, inviável em sede de *Habeas Corpus*.

2. Diante do iminente risco de contágio pelo Covid-19, bem como em razão dos esforços expendidos pelas autoridades públicas em reduzir o avanço da pandemia, é recomendável o cumprimento da prisão civil por dívida alimentar em regime diverso do fechado em estabelecimento estatal.

3. Ordem de *habeas corpus* parcialmente concedida para que o paciente, devedor de alimentos, possa cumprir a prisão civil em regime domiciliar.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, conceder a ordem parcialmente, para que o paciente, devedor de alimentos, cumpra a prisão civil em regime domiciliar, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 05 de maio de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 563.444 - SP (2020/0045937-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
IMPETRANTE : LUIZ AUGUSTO BERNARDINI DE CARVALHO E OUTRO
ADVOGADOS : CELSO ALVES FEITOSA - SP026464
LUIZ AUGUSTO BERNARDINI DE CARVALHO - SP160314
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J C P DE C
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO:

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por LUIZ AUGUSTO BERNARDINI DE CARVALHO e OUTRO em favor de J C P DE C, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem, assim ementado:

"EMENTA: Habeas Corpus Cível - Decisão que determina o pagamento de verba alimentar em atraso, sob pena de prisão - Apontada a ilegalidade da ordem da autoridade coatora que não restou evidenciada - Débito existente e regular - Nos estreitos limites do habeas corpus, incabível a discussão acerca do binômio necessidade/possibilidade - Inexistência da alegada ilegalidade na ordem de pagamento sob pena de prisão - Ordem denegada, com observação." (fl. 24)

Nas razões do writ, alegam os impetrantes que o paciente não possui "a menor condição em continuar arcando com o pagamento de elevadíssima verba alimentar [no último valor de R\$ 20.602,74] decorrente de substancial - e comprovada - deterioração de sua capacidade econômica, fruto da demonstrada disputa judicial travada com seu ex-sócio, administrador isolado das empresas das quais o Paciente obtinha, de forma exclusiva e integral, os valores com os quais propiciava seu sustento próprio; de sua atual família e, também, para pagar a pensão antes estipulada".

Argumentam, nesse contexto, que "a situação de caixa do Paciente é negativa! Só existem débitos junto a terceiros e bancos, realizados para pagamentos de empréstimos anteriores, que demonstram que ele é devedor na praça, atualmente, de nada menos do que R\$5.589.916,00. Contudo, não tem mais condições o Paciente de continuar arcando com o pagamento das parcelas bancárias e terceiros".

Afirmam, ainda, que "o Paciente é pessoa de idade avançada, atualmente com mais 75 (setenta e cinco) anos, contando com a saúde debilitada em razão de doença grave (câncer) que lhe acometeu e da qual se encontra em período de remissão (doc. 11), sendo

Superior Tribunal de Justiça

cedição que tal período deve ser observado com atenção e cuidado, mormente por causa da igualmente sabida possibilidade de seu regresso, sendo o doente somente considerado como 'curado' após o transcurso de 05 anos".

Por fim, sustentam a ilegalidade da ordem de prisão, pois "*há possibilidade de recebimento da verba alimentar cobrada por sua ex-mulher, como demonstra e-mail enviado pelo advogado desta, por meio da qual a alimentanda aceita receber os valores em aberto por meio de dação em pagamento em alqueires do sítio que possuem em copropriedade (condomínio) na Cidade de Pedreira/SP*" (fls. 3-22).

Este Relator **concedeu a liminar** para determinar a expedição de **salvo-conduto em favor do paciente, até o julgamento do presente habeas corpus** ou posterior manifestação nestes autos (fls. 213-216).

Em face desta decisão, M L P DE B, credora da verba alimentar, interpôs **agravo interno** pleiteando a reconsideração da decisão agravada "*para denegar a ordem, de plano, em razão de sua inadmissibilidade, ou para denegá-la no mérito*" (fls. 223-256).

O eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo prestou as informações requisitadas (fls. 524-528).

A Subprocuradoria-Geral da República **manifestou-se pela denegação da ordem**, em parecer assim sintetizado:

"HABEAS CORPUS. CRFB/1988, art. 105, I, 'c'. Alegação de incapacidade financeira. Impossibilidade de arcar com o quantum vindicado pela credora dos alimentos. Matéria controvertida que enseja inexorável dilação probatória. Discussão inadequada à via estreita do habeas corpus. Parecer pela denegação da ordem vindicada." (fl. 519)

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 563.444 - SP (2020/0045937-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
IMPETRANTE : LUIZ AUGUSTO BERNARDINI DE CARVALHO E OUTRO
ADVOGADOS : CELSO ALVES FEITOSA - SP026464
LUIZ AUGUSTO BERNARDINI DE CARVALHO - SP160314
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J C P DE C
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO (Relator):

De início, cumpre salientar que o presente *habeas corpus* foi impetrado como substitutivo do recurso ordinário cabível, o que somente é admitido pela jurisprudência desta Corte de Justiça e do egrégio Supremo Tribunal Federal em hipóteses excepcionais, quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado, podendo-se, em tais hipóteses, conceder-se a ordem de ofício.

Nesse sentido: HC 525.378/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 11/10/2019; HC 247.502/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 13/02/2013; e HC 381.095/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 26/08/2019.

Consoante se extrai dos autos, o paciente, empresário, foi executado, inicialmente, por débito alimentar devido ao ex-cônjuge, no montante de R\$ 48.843,85, referente aos meses de março, abril e maio de 2018. O executado apresentou justificativa para o inadimplemento, a qual, porém, não foi aceita pelo Juízo *a quo*, que, a seguir, o intimou a **pagar** o valor acrescido das prestações que venceram no curso da demanda, **no montante de R\$ 260.016,15, no prazo de três dias**, sob pena de prisão civil por 30 dias (fl. 28).

Impetrado *habeas corpus* perante o eg. Tribunal de origem, foi denegada a ordem, nos termos da seguinte fundamentação:

"9. No caso dos autos, não restou demonstrada a ilegalidade, tampouco o abuso de poder que seriam necessários à concessão da medida pretendida pelo impetrante.

10. Isso porque, cumpre ressaltar que a ação de execução foi regularmente proposta, respeitando a Súmula 309 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

11. A alegada dificuldade financeira do paciente deve ser apreciada em sede própria.

12. Incabível, pois, por meio do remédio constitucional impetrado a discussão acerca do binômio necessidade/possibilidade.

Superior Tribunal de Justiça

13. Assim, não havendo justificativa razoável para o descumprimento do dever alimentar, cumpre reconhecer que não restou configurada a ilicitude da decisão combatida, a qual deve se manter hígida por seus próprios fundamentos.

14. Diante do exposto, pelo meu voto, revejo o entendimento esboçado em sede liminar e DENEGO A ORDEM pretendida, nos termos da fundamentação supra, determinando, ainda, a suspensão da ordem de prisão pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação do Acórdão, de modo a conferir ao devedor uma derradeira oportunidade de promover o pagamento ou a negociação formal da dívida." (fls. 26-27)

Na presente impetração, alegam que o paciente já **não possui condições financeiras** de adimplir o **elevado débito alimentar** (de mais de R\$ 250.000,00) para com a ex-esposa, em razão da perda do pró-labore e dos lucros da sociedade empresária da qual é sócio, estando em divergência com os demais sócios dela integrantes, bem como **propôs ação revisional de alimentos**, em trâmite perante a 4ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Central de São Paulo/SP.

Afirmam, ainda, que o ora paciente tem atualmente **75 (setenta e cinco) anos e saúde debilitada**, em decorrência de doença grave (câncer), da qual se encontra em período de remissão.

Além disso, consoante documentos juntados, **a exequente teria demonstrado interesse em receber os valores devidos pelo paciente por meio de dação em pagamento de parte de imóvel rural**, circunstância que revelaria que o alimentante, embora alcançado em suas condições financeiras, possuiria patrimônio passível de expropriação pela credora.

Ocorre que a credora, nas razões do **agravo interno**, rebate a argumentação dos impetrantes. Aduz que **a pensão alimentícia é sua única fonte de sustento**, pois também está com idade avançada e sempre se dedicou às lides domésticas, durante quarenta anos de convivência com o devedor. Diz que o paciente: "*é titular de outras empresas (docs. 17/18), não declaradas nas ações de alimentos e deliberadamente omitidas em suas declarações de imposto de renda*"; "*é, de fato, sócio majoritário da pessoa jurídica DSM DIGITAL SPORTS MULTIMÍDIA LTDA*"; atua como empresário individual em "*exploração da fazenda gerida por ele, locada para festas, casamentos e outros eventos*"; "*explora negócio imobiliário em Miami, no Estado da Flórida, nos Estados Unidos*"; é proprietário de "*um automóvel importado da marca Jaguar*"; e ostenta em sua declaração de rendimentos diversos outros bens e aplicações financeiras.

Afirma, ainda, que "*os 75 anos do paciente não o impedem de ser campeão de*

tênis do Clube Paulistano, em diversos campeonatos recentíssimos (docs. 21/24), bem como de concorrer a uma vaga no conselho do Clube, empenhando todos os seus esforços e saúde neste objetivo" e que "o paciente já não padece da doença por atrás da qual se esconde, estando completamente curado há mais de ano, com direito a comemoração festiva" (fls. 234-249).

Nesse contexto de denso contraditório, não há como se ter uma segura definição acerca da real situação financeira do paciente, no âmbito sumário do *habeas corpus*, porquanto a verificação da efetiva redução da capacidade econômica do alimentante e a revisão das justificativas apresentadas para o inadimplemento da obrigação demandam ampla dilação probatória, inviável nesta sede. A propósito:

"CIVIL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. PENSÃO ALIMENTÍCIA ENTRE EX-CÔNJUGES. INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL. ALEGADO EXCESSO DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CAPACIDADE FINANCEIRA DO EXECUTADO E REVISÃO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PARA O INADIMPLENTO DA OBRIGAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DÉBITO PRETÉRITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INADIMPLENTO DAS TRÊS PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E DAS QUE VENCERAM NO CURSO DA AÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 309 DO STJ. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A via estreita do habeas corpus exige prova pré-constituída da ilegalidade afirmada e não comporta dilação probatória, de modo que não cabe ao STJ alterar a conclusão da instância ordinária, formada a partir dos exames dos elementos dos autos, de que não houve modificação do valor da verba alimentar. Inexistência de comprovação de plano do alegado excesso da execução.

2. A verificação da incapacidade financeira do executado e a revisão das justificativas apresentadas para o inadimplemento da obrigação demandam dilação probatória, não se mostrando o writ a via adequada para este mister. Precedentes.

3. Promovida a execução com base no art. 733 do CPC, cobrando as três parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e as que venceram no curso da ação, não há falar em débito pretérito a ser cobrado pelo rito do art. 732 do mesmo diploma legal.

4. O decreto de prisão proveniente da execução de alimentos na qual se visa o recebimento integral das três parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e das que vencerem no curso não é ilegal.

Inteligência da Súmula nº 309 do STJ e precedentes.

5. Há orientação pacificada no STJ de que o não pagamento integral das prestações alimentares devidas autoriza a prisão civil do devedor de alimentos.

6. Ordem denegada."

Superior Tribunal de Justiça

(HC 333.214/SP, Rel. **Ministro MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe de 10/12/2015)

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. SÚMULA N. 309/STJ. DESEMPREGO. CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA.

1. É incompatível com a via do habeas corpus, de cognição sumária, a aferição da real capacidade financeira do alimentante em prosseguir no pagamento da pensão alimentícia.

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 340.232/MG, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe de 28/03/2016)

No mesmo sentido, colhe-se do parecer do il. Subprocurador-Geral da República:

"A teor do que preconiza o art. 528, § 2º, do CPC/2015, apenas a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento da obrigação alimentar. Neste sentido, há de se consignar, de saída, que "eventuais justificativas cifradas em aspectos de índole fático-probatória não se submetem ao angusto veio de conhecimento do writ" (Quarta Turma – HC nº 37.830/MG. Rel. Min. Fernando Gonçalves. Julg. em 28.06.2005. DJ 15.08.20 05).

Desta sorte, sendo de todo incabível a incursão em questões fáticas relacionadas à redução da capacidade econômico-financeira do paciente, resta evidenciada a manifesta impropriedade da impetração, pois o habeas corpus "é instrumento processual caracterizado por cognição sumária e rito célere, não comportando, por isso, o exame de questões que, para seu deslinde, demandem aprofundado exame do conjunto fático-probatório dos autos, traço característico do processo de conhecimento" (Quarta Turma – HC nº 98.340/MG. Rel. Min. João Otávio de Noronha. Julg. em 19.08.2008. DJe 01.09.2008).

Não há, pois, como pretender sirva este writ a perscrutar acerca da efetiva impossibilidade do paciente de adimplir com os alimentos vencidos, em decorrência da alegada incapacidade financeira, porquanto, além de o habeas corpus pressupor direito demonstrável de plano (mediante prova pré-constituída), esta é tarefa que, inequivocamente, demanda dilação probatória, medida em tudo incompatível com a cognição sumária própria do habeas corpus (neste sentido: Terceira Turma – RHC nº 32.088/SP. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Julg. em 17.04.2012. DJe 23.04.2012).

Decorre deste entendimento jurisprudencial, ademais, que a sede própria para examinar aspectos probatórios atinentes à incapacidade financeira do paciente é a ação ordinária, seja em sede de execução de alimentos, seja através de ação revisional (ou exoneratória) da obrigação alimentar.

Por derradeiro, impende rememorar que a discussão ora proposta vem sendo oportunizada perante as instâncias ordinárias no seio de ação judicial, o que fortifica ainda mais o descabimento do debate vertente por

Superior Tribunal de Justiça

meio do presente remédio constitucional, razão pela qual, igualmente, não merece ser conhecido o presente habeas corpus, instrumento adequado apenas nos casos em que o ato coator seja revestido de flagrante teratologia ou manifesta ilegalidade." (fls. 520-521)

Contudo, mesmo sendo, na hipótese, a inadimplência incontroversa, reconhecida pelo próprio paciente, e as justificativas apresentadas não demonstrem plenamente a existência de justa causa para afastar, em definitivo, a prisão civil do devedor de alimentos, uma vez que a alegada redução da capacidade econômica do alimentante demanda dilação probatória, inviável em sede de *Habeas Corpus*, percebe-se a ilegalidade na forma de fixação da prisão, diante do recente precedente desta Corte a seguir referido.

Com efeito, o contexto atual de gravíssima pandemia devida ao chamado coronavírus desaconselha a manutenção ou a colocação do devedor em ambiente fechado, insalubre e potencialmente perigoso, inerente à prisão, notadamente por se tratar de um cidadão com mais de 75 anos e convalescente de doença grave (câncer). Deve ser observada, assim, a decisão proferida pelo ilustre **Ministro Paulo de Tarso Sanseverino**, publicada em 30.3.2020, nos autos do *Habeas Corpus* nº 568.021/CE (2020/0072810-3), no qual se estendeu a todos os presos por dívidas alimentícias no país a liminar deferida no mencionado *writ*, no sentido de garantir prisão domiciliar aos presos, em razão da pandemia de Covid-19, nos seguintes termos:

"Vistos etc.

A Defensoria Pública da União apresenta pedido de ampliação do polo ativo do presente writ sustentando a necessidade de extensão dos efeitos da decisão proferida às fls. 92/97.

Ponderou que o pedido de sua admissão tem por objetivo de promover, em escala federal, a tutela de todas as pessoas reclusas em razão de dívida de alimentos, porque privados de sua liberdade em meio à pandemia do Covid19.

Reputou importante a necessidade de uniformização de tratamento a todos que se encontram na mesma situação, pois 'nem todos os judiciários das unidades da federação conheceram e julgaram a questão (ex. Goiás) e, os que julgaram, não o fizeram da mesma forma (o Tribunal de Justiça de São Paulo negou a liminar)' (fl. 115).

Referiu que, no atual contexto, em que ocorre o surto da COVID-19 em todo o território brasileiro, quase duas mil pessoas estão com suas liberdades cerceadas por força de decretos de prisão civil decorrentes de dívida de alimentos.

Diante da excepcionalidade do caso concreto, acolho o pedido da DPU, determinando o seu ingresso nos autos na qualidade de impetrante e determino a extensão dos efeitos da decisão que deferiu parcialmente a medida liminar para determinar o cumprimento das prisões civis por devedores de alimentos em todo o território nacional, excepcionalmente,

Superior Tribunal de Justiça

em regime domiciliar.

Ressalto que as condições de cumprimento da prisão domiciliar serão estipuladas pelos juízos de execução de alimentos, inclusive em relação à duração, levando em conta as medidas adotadas pelo Governo Federal e local para conter a pandemia do Covid-19.

A presente decisão, entretanto, não revoga a adoção de medidas mais benéficas eventualmente já determinadas pelos juízos locais.

Oficie-se os Presidentes dos Tribunais de todos os Estados da Federação para imediato cumprimento."

No sentido da relativização do regime prisional previsto no § 4º do art. 528 do CPC/2015, enquanto vigente a pandemia do Covid-19, vale mencionar as decisões monocráticas proferidas no RHC 106.403/SP (Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 23/04/2020); no RHC 125.728 (Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 16/04/2020); no HC 561.813/MG (Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 02/04/2020); e no RHC 125.395 (Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe de 02/04/2020).

Diante do exposto, **concedo parcialmente a ordem de *habeas corpus***, no sentido de que **o cumprimento da prisão civil do paciente devedor de alimentos, enquanto vigente a pandemia de *Covid-19* e o decreto de prisão, seja realizado no regime domiciliar e sob as condições a serem fixadas pelo d. Juízo da execução.**

Em consequência, fica prejudicada a análise do agravo interno referido, porquanto superada a decisão liminar contra a qual investia.

É como voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUARTA TURMA**

Número Registro: 2020/0045937-9

PROCESSO ELETRÔNICO

HC 563.444 / SP

Números Origem: 10587391320188260100 22192348620198260000

EM MESA

JULGADO: 05/05/2020
SEGREDO DE JUSTIÇA

Relator

Exmo. Sr. Ministro **RAUL ARAÚJO**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **MARCO BUZZI**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

Secretária

Dra. **TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI**

AUTUAÇÃO

IMPETRANTE : LUIZ AUGUSTO BERNARDINI DE CARVALHO E OUTRO
ADVOGADOS : CELSO ALVES FEITOSA - SP026464
LUIZ AUGUSTO BERNARDINI DE CARVALHO - SP160314
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J C P DE C
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Família - Alimentos

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Quarta Turma, por unanimidade, concedeu a ordem parcialmente, para que o paciente, devedor de alimentos, cumpra a prisão civil em regime domiciliar, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.